



Em  ociedade

A produção acadêmica das Ciências Sociais sobre o urbano em Belo Horizonte e sua região metropolitana em três décadas (1991-2020): instituições, temas, espaços e tempos

Clarissa dos Santos Veloso



Resumo

O objetivo deste artigo é analisar aspectos temáticos, espaciais, temporais e institucionais da produção acadêmica das Ciências Sociais sobre o urbano em Belo Horizonte e sua região metropolitana. Foi realizado um levantamento das teses e dissertações produzidas entre 1991 e 2020 nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) da UFMG e da PUC Minas. A produção aqui analisada, de 206 teses e dissertações, está sistematizada em um banco de dados que contém, além de aspectos institucionais das investigações, categorizações quanto ao tema e recortes espacial e temporal. A análise revela que a cidade de Belo Horizonte foi a mais estudada como totalidade, seguida por estudos cujos focos são os espaços menores, como os locais de residência – nos bairros, nas vilas e favelas e nas ocupações – e os lugares e as instituições da cidade – praças, escolas, museus e ruas. Assim como municípios da sua região metropolitana, muitos espaços da capital mineira não mereceram a atenção dos cientistas sociais. É notável maior preocupação com o tempo presente, sobretudo as duas primeiras décadas do século XXI, quando analisado o recorte temporal das investigações. Gestão e Planejamento Urbano, Crime e Violência, Grupos Vulneráveis e Setor Informal e Cultura, Arte e Políticas Culturais são algumas das áreas temáticas com maior quantitativo de estudos urbanos sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Isso dialoga com aspectos do balanço e das tendências desse campo de conhecimento e das Ciências Sociais no Brasil e com contextos sociopolíticos do país.

Palavras-chave: Estudos urbanos; Belo Horizonte; Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Abstract

This paper aims to analyze thematic, spatial, temporal and institutional aspects of the academic production of Social Sciences on the urban in Belo Horizonte and its metropolitan region. A survey of theses and dissertations defended between 1991 and 2020 in the postgraduate programs in Social Sciences (Anthropology, Political Science and Sociology) at UFMG and PUC Minas was carried out. The academic production analyzed here, of 206 theses and dissertations, is systematized in a database that contains, in addition to institutional aspects of the investigations, categorizations regarding the researches' theme, space and period. The analysis reveals that the city of Belo Horizonte was the most studied as a whole, followed by studies that focus on smaller spaces, such as places of residence – in neighborhoods and slums – and places and institutions of the city – such as squares, schools, museums, and streets. As in municipalities in its metropolitan region, many spaces in the capital of Minas did not deserve the attention of social scientists. There is greater concern with the present time, especially the first two decades of the 21st century, when analyzing the time frame of the investigations. Management and Urban Planning, Crime and Violence, Vulnerable Groups and Informal Sector, and Culture, Art and Cultural Policies are the thematic areas with the highest number of urban studies on the Metropolitan Region of Belo Horizonte. This dialogues with aspects of the balance and trends of this field of knowledge and Social Sciences in Brazil and with the country's sociopolitical contexts.

Keywords: Urban studies; Belo Horizonte; Metropolitan Region of Belo Horizonte.



INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar os estudos urbanos sobre Belo Horizonte e sua região metropolitana a partir das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação (PPGs) em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) entre 1991 e 2020. Analiso, além de aspectos institucionais, as temáticas das pesquisas e seus recortes temporais e espaciais, estabelecendo interlocuções com estudos urbanos das Ciências Sociais no Brasil.

O banco de dados utilizado é parte de uma pesquisa mais ampla¹, que integro como pesquisadora voluntária. A investigação teve início em 2020, durante a pandemia de Covid-19. Com a impossibilidade de fazer pesquisa de campo, realizamos o levantamento dos estudos urbanos sobre Belo Horizonte e sua região metropolitana em repositórios online de teses e dissertações da PUC Minas e da UFMG. Este artigo é uma análise primária dos estudos coletados. Esse tema atraiu nossa atenção, dentre outras razões, em função da defasagem em relação ao último e único levantamento do tipo já realizado. O pioneiro Belo Horizonte em Tese (1995) é um livro que reuniu as produções acadêmicas sobre Belo Horizonte e que foi organizado pelos professores Berenice Guimarães e Sérgio de Azevedo².

A produção de estudos sobre o urbano no Brasil conta com estudiosos de diversas áreas do conhecimento, como Arquitetura, Ciências Sociais, Demografia, Economia, Geografia, História etc. São pesquisadores que se dedicam a analisar, sob perspectivas diversas, as transformações geradas pela transição de uma sociedade de base rural e agroexportadora para uma sociedade urbano-industrial. Esses pesquisadores também visam compreender a conformação, a dinâmica e a diversidade da rede urbana brasileira, assim como a dimensão interna à vida urbana, seus modos de vida, valores e sociabilidades. As primeiras produções bibliográficas das Ciências Sociais sobre o urbano são do início do século XX, mas foi a partir da metade desse século, no contexto de rápida urbanização com a constituição de redes

¹ As equipes dos projetos de pesquisa “A produção acadêmica sobre o urbano em Belo Horizonte” e “Análise Temática da Produção Acadêmica sobre o urbano em Belo Horizonte e RMBH” contam com doutores e mestres em Ciências Sociais, que participam como bolsistas do CNPq ou voluntariamente, bem como com discentes do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da PUC Minas.

² Na época, o levantamento para o Belo Horizonte em Tese contou com uma grande equipe e seu universo foram as teses, dissertações e monografias sobre Belo Horizonte e RMBH produzidas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e especialização *lato sensu* em distintas instituições, no Brasil e no exterior.



dinâmicas de cidades e de sociedades urbano-industriais complexas e bastante desiguais, que a produção acadêmica sobre o urbano se tornou mais ampla e diversificada (Silva, 2008; Frehse; Leite, 2010; Barreira, 2016).

Fazer “sociologia da sociologia urbana”, como propõe este artigo, interessa para refletir sobre trajetórias e perspectivas dos estudos urbanos quanto às temáticas e espaços predominantes, bem como sobre orientações teóricas e metodológicas. Além disso, a meta-análise permite levantar novas questões sobre as dinâmicas urbanas, bem como identificar lacunas em termos de teorias e dados. Tomar como base a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é relevante para os seus estudiosos e para fins de comparação com outras metrópoles brasileiras.

Parte da produção acadêmica que faz uma “sociologia da sociologia urbana” das/nas grandes cidades brasileiras têm dedicado atenção especial às regiões metropolitanas do sudeste brasileiro³, sobretudo das capitais paulista e carioca. Isso está relacionado não apenas à complexidade e dinamicidade desses dois maiores centros urbanos do Brasil, mas também às instituições de pesquisa neles sediados (Urbanidades, 2021).

A intenção deste artigo é destacar a produção das Ciências Sociais sobre o urbano na capital mineira e sua região metropolitana. Belo Horizonte, capital planejada e inaugurada em 1897, ocupa a sexta posição entre as cidades mais populosas do Brasil. A RMBH, criada em 1973, é a terceira maior aglomeração urbana do país e o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais, representando em torno de 40% da economia e 25% da população do estado. Com PIB de R\$ 203,908 bilhões em 2017, a RMBH ocupava a quarta posição nacional entre as regiões metropolitanas. A cidade de Belo Horizonte, em pouco mais de um século de existência, passou por intensa expansão e por transformações sociais e demográficas profundas, atreladas à sua concepção urbanística segregadora (Filho, 2009; Costa, 1994; Andrade; Mendonça; Diniz, 2015).

Na primeira parte deste artigo apresento o banco de dados e os procedimentos metodológicos de coleta e tratamento de informações, bem como as dificuldades e os desafios desse processo. Na segunda parte trato dos aspectos institucionais da produção sobre o urbano nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e da UFMG. Em seguida,

³ Apesar disso, o campo de estudos urbanos no Brasil conta com produções sobre os mais diversos tipos de cidades, tanto os grandes centros quanto cidades de pequeno e médio porte. Ver Frehse; Leite (2010), Guimarães, Bógus e Carvalho (2018) e Blay (1974).



analisar os recortes temáticos, espaciais e temporais das teses e dissertações. Por fim, sintetizo os principais resultados e abordo possíveis avanços para a pesquisa em andamento.

NOTAS METODOLÓGICAS

O levantamento realizado abarcou a produção de teses e dissertações sobre temas urbanos que tiveram a cidade de Belo Horizonte e a RMBH como objeto. Elas foram produzidas em programas de pós-graduação de ciências humanas e ciências sociais aplicadas⁴ da UFMG e da PUC Minas⁵ entre 1991 e 2020. O levantamento chegou a 670 produções no período de 1991 a 2020 e, desse total, interessam para este artigo 206 teses e dissertações, produzidas nos PPGs em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) dessas duas universidades.

A UFMG e a PUC Minas dispõem de repositórios online que agregam as produções de todas as áreas do conhecimento. O repositório institucional da UFMG⁶ foi criado em 2015 para unificar em uma plataforma comum a produção intelectual da Universidade, antes distribuída em bases sem conexão. A Biblioteca Digital da PUC Minas⁷ também é parte de um esforço para disponibilizar em um único portal as teses de doutorado e as dissertações de mestrado produzidas nos PPGs *stricto sensu*.

Inicialmente foram feitas nos repositórios buscas por palavras-chave, mas esse método não se mostrou eficaz. Produções escapavam a esse critério de pesquisa, seja pela dificuldade de prevê-las antecipadamente em função da criação de novos temas relacionados ao espaço e aos modos de vida urbano nas três últimas décadas, seja por uma falta de critérios comuns no

⁴ Os seguintes programas de pós-graduação da UFMG e da PUC Minas foram incluídos no nosso levantamento: Ambiente Construído e Patrimônio, Arquitetura, Antropologia, Ciência das Religiões, Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação Social, Demografia, Direito, Educação, Estudos do Lazer (Ed. Física), Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais e Sociologia. A grande área Ciências Humanas da CAPES inclui as seguintes subáreas do conhecimento: Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política e Teologia. A grande área Ciências Sociais Aplicadas da CAPES inclui as seguintes subáreas do conhecimento: Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo. Com a pesquisa em andamento, nossa intenção é ampliar o levantamento para outros programas de pós-graduação, o que está em curso e em concomitância com análises parciais, como este texto.

⁵ O levantamento foi feito também em outras instituições menores que possuem mestrado, mas a produção era bastante diminuta quando comparada com as da UFMG e da PUC Minas. Por essa razão, nessa primeira análise, o trabalho com essas duas universidades.

⁶ <https://repositorio.ufmg.br/>

⁷ <https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas>



emprego das palavras-chave pelos autores. Então, foram examinadas individualmente cada uma das produções dos PPGs. A seleção das produções para compor o banco de dados se deu pelo título ou, quando esse não era suficiente, pelo resumo. Em alguns casos o trabalho completo, quando disponível, foi consultado.

Apesar do levantamento ter sido realizado sem maiores problemas durante a pandemia, algumas dificuldades e limites podem ser destacados. Além da indisponibilidade de teses e dissertações na íntegra, interrupções do levantamento quando os repositórios de bancos de teses e dissertações ficaram fora do ar, bem como a duplicidade de bancos de dados com acervos distintos de um mesmo PPG da UFMG. Isso demandou contatos com os responsáveis pelos cadastros e revisão da produção de ambos os bancos, isto é, o levantamento no banco do repositório geral institucional e daquele disponibilizado no site do programa. Ademais, há defasagens nos repositórios quanto à disponibilização de produções mais antigas do recorte temporal abarcado pelo levantamento, referente principalmente à década de 1991.

A seguir, trato dos aspectos institucionais da produção analisada em diálogo com dados sobre a pós-graduação no Brasil. Destaco também a trajetória dos PPGs onde o levantamento foi feito, especificando suas origens e linhas de pesquisa, que refletem diretamente nas temáticas de teses e dissertações neles desenvolvidas.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS, TIPOLOGIAS E TEMPORALIDADES DAS PRODUÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA UFMG E NA PUC MINAS SOBRE O URBANO

Do total de 206 trabalhos aqui analisados, 145 (70,39%) foram produzidas no PPG em Ciências Sociais da PUC Minas e 61 (29,61%) são oriundos dos PPGs em Antropologia, Ciência Política e Sociologia da UFMG.⁸ A preeminência da produção sobre o urbano pelo PPG da PUC Minas se liga ao seu processo de criação, trajetória e linhas de pesquisa.

Na PUC Minas, a proposta de implementar o PPG em Ciências Sociais, inicialmente intitulado Gestão de Cidades e Ciências Sociais, aconteceu em 1998. As atividades do mestrado tiveram início em março de 1999 e o doutorado foi criado em 2005. Segundo professores que

⁸ A produção total de teses e dissertações dos PPGs em Antropologia, Ciência Política e Sociologia entre 1991 e 2020 foi de 498 investigações. O PPG em Ciências Sociais da PUC Minas, desde a criação do mestrado (1999) e do doutorado (2005) e até 2020 somou 319 teses e dissertações.



participaram da idealização e implementação do PPG⁹ a temática urbana esteve presente desde o início. A partir da área de concentração Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas, são três as linhas de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida; Metrôpoles, Trabalho e Desigualdades; e Políticas Públicas, Participação e Poder Local.

Apesar dos PPGs da UFMG serem mais antigos e em maior número, o urbano como viés é parte do delineamento e origem da pós-graduação em Ciências Sociais na PUC Minas, o que explica o alto quantitativo de produções dessa universidade. A Tabela 1 mostra o ano de criação dos mestrados e doutorados.

Tabela 1 – Cursos de pós-graduação da UFMG e PUC Minas nas áreas das Ciências Sociais, segundo data de criação dos mestrados e doutorados

Instituição	Área	Data de criação do mestrado	Data de criação do doutorado
UFMG	Ciência Política	1965	1994
	Sociologia	1981	1994
	Antropologia	2006	2014
PUC Minas	Ciências Sociais	1999	2005

Fonte: Dados da pesquisa *A produção sobre o urbano em BH e na RMBH em três décadas (1991-2020)*.

Na UFMG, os atuais programas de mestrado e doutorado em Antropologia, Sociologia e Ciência Política foram criados em períodos distintos, mas têm origem comum no âmbito do departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). O mestrado em Ciência Política é o mais antigo, de 1965, e consiste no primeiro do gênero no Brasil. O doutorado em Ciência Política foi criado em 1994. São cinco as linhas de pesquisa do Departamento de Ciência Política (DCP): Estado, Gestão e Políticas Públicas; Instituições Políticas e Política Internacional; Comportamento Político e Opinião Pública; Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas; e Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro.¹⁰

O mestrado em Sociologia foi criado em 1981 pelo Departamento de Sociologia e Antropologia. Inicialmente, em 1994, foi criado o doutorado em Sociologia e Política, como resultado dos esforços dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia

⁹ Em 2019 o PPGCS da PUC Minas completou 20 anos de existência. Uma série de vídeos disponíveis no YouTube aborda, a partir de entrevistas com docentes e pesquisadores do PPG, a trajetória do Programa, seus desafios e perspectivas futuras. Ver https://www.youtube.com/playlist?list=PLpnY7_juljZzxAaY_dQ-C6OqgxqX6rhwX.

¹⁰ Ver <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/index.php>



da UFMG. Posteriormente, esse foi extinto e permaneceu o doutorado em Sociologia. O PPG em Sociologia da UFMG contempla seis linhas de pesquisa: Sociologia do crime, do desvio e do conflito; Sociologia do conhecimento, da ciência e da tecnologia; Sociologia das desigualdades e da estratificação; Sociologia econômica e das organizações; Sociologia da religião e da cultura; e Sociologia urbana e das populações^{11, 12}

O mestrado e o doutorado em Antropologia na UFMG foram criados, respectivamente, em 2006 e 2014¹³. Na pós-graduação, a Antropologia Social esteve presente desde a década de 1970, no mestrado em Ciência Política e em Sociologia, assim como no extinto doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política. Atualmente, o PPG em Antropologia da UFMG contempla duas áreas de concentração – Antropologia Social e Arqueologia – e seis linhas de pesquisa: Antropologia da Arte, da Ciência e da Tecnologia; Arqueologia Pré-Histórica; Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo; Etnologia Indígena e de Povos Tradicionais; Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero; e Território, Poder e Ambiente.¹⁴

Além da instituição de origem das produções aqui analisadas, interessa destacar a divisão por sexo, o tempo e o tipo das produções, sendo que 180 (87,38%) são dissertações e 26 (12,62%) são teses. Quanto ao sexo dos autores, 130 trabalhos (63%) foram produzidos por mulheres e 76 (37%) por homens. De acordo com a dados da Plataforma Sucupira (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017) mulheres são maioria em programas de pós-graduação de mestrado e doutorado *stricto sensu* no Brasil, com diferença de aproximadamente 15% em relação ao número de homens matriculados e titulados.

A Tabela 2 classifica as 206 dissertações e teses pela década em que foram finalizadas. É notável o crescimento da produção a partir de 2001. Isso pode estar relacionado à defasagem dos repositórios quanto à produção da década de 1991-2000 já sinalizada na nota metodológica deste texto. Esse crescimento, no entanto, também dialoga com a expansão da pós-graduação no país, seja em relação à criação de novos programas, seja em relação ao número de vagas e de bolsas a partir dos anos 2000.

¹¹ Linha de pesquisa criada recentemente, a partir de 2015.

¹² Ver <https://www.fafich.ufmg.br/ppgs/>.

¹³ Em 2013 os departamentos de Sociologia e Antropologia foram desmembrados na UFMG.

¹⁴ Ver <https://www.fafich.ufmg.br/ppgan/>.



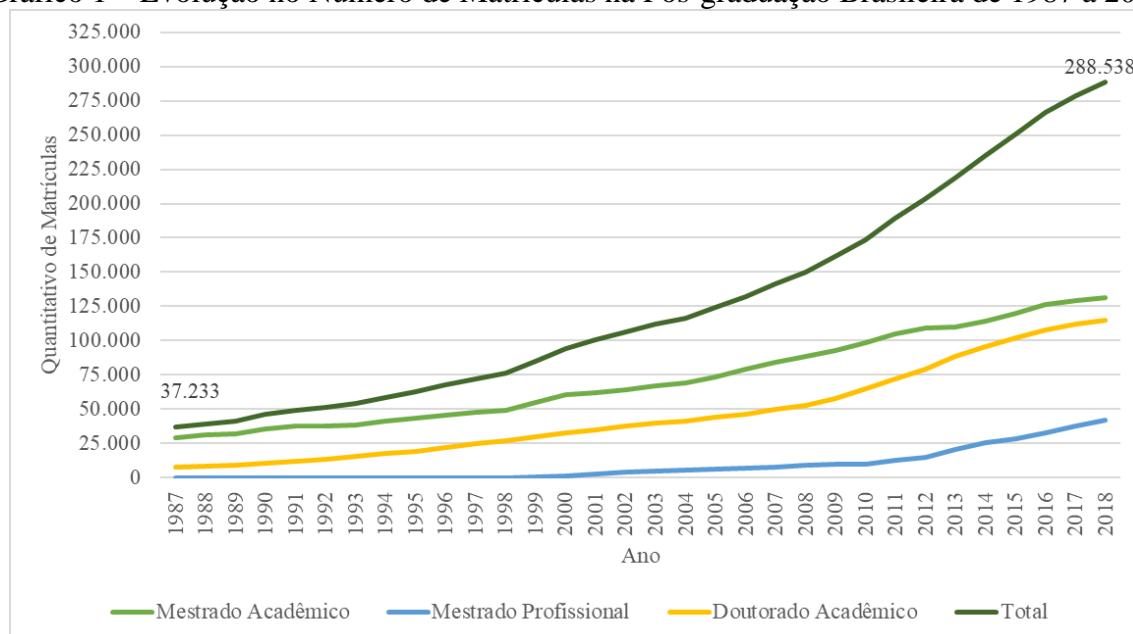
Tabela 2 – Época da finalização das teses e dissertações produzidas nos PPGs em Ciências Sociais da PUC Minas e da UFMG sobre a temática urbana (1991- 2020)

Década	N	%
1991-2000	4	1.94
2001-2010	89	43.20
2011-2020	113	54.85
Total	206	100

Fonte: Dados da pesquisa *A produção sobre o urbano em BH e na RMBH em três décadas (1991-2020)*.

O Gráfico 1 mostra o número de matrículas na pós-graduação no Brasil entre 1987 e 2018, abrangendo um período ligeiramente diferente daquele aqui analisado (1991-2020). É possível perceber um expressivo crescimento a partir de 1998. No período representado no gráfico, as matrículas na pós-graduação brasileira passaram de 37.233 para 288.538, um crescimento de 675%. Apesar das matrículas no mestrado serem superiores às do doutorado, foi nesse último nível que elas mais cresceram. O crescimento total das matrículas está relacionado ao aumento de vagas, mas principalmente à criação de novos programas em ambos os níveis., que foi de 419% (Cabral, 2020).

Gráfico 1 – Evolução no Número de Matrículas na Pós-graduação Brasileira de 1987 a 2018



Fonte: Cabral (2020).



ESPAÇOS, TEMAS E TEMPOS ESTUDADOS

Uma primeira preocupação foi analisar os recortes espaciais das teses e dissertações sobre o urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte para entender o delineamento de espaços estudados, bem como quais deles tem atraído a atenção de pesquisadores. Foram criadas sete categorias de recorte espacial: 1. Lugares e instituições; 2. Bairros; 3. Vilas e favelas; 4. Ocupações; 5. Região de Belo Horizonte ou região de outros municípios da RMBH; 6. Cidade como totalidades dentre os 34 municípios que compõem a RMBH; e 7. RMBH como uma totalidade. Essas categorias mostram como as investigações se organizaram em termos de delimitação de lugares empíricos de pesquisa, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Recortes espaciais das teses e dissertações produzidas nos PPGs em Ciências Sociais da PUC Minas e da UFMG sobre a temática urbana (1991-2020)

Categoria de recorte espacial	N	%
Cidade	94	45,63
Lugares e Instituições	48	23,30
Bairros	21	10,19
RMBH	17	8,25
Vilas e favelas	16	7,77
Região de cidade ou da RMBH	7	3,39
Ocupações	3	1,46
Total	206	100

Fonte: Dados da pesquisa *A produção sobre o urbano em BH e na RMBH em três décadas (1991-2020)*.

As divisões da tabela acima em sete categorias expressam tradições das pesquisas sobre o urbano, traduzidas em dois grupos. No primeiro, estão as abordagens em que o contexto espacial macro predomina, como quando a pesquisa trata da cidade ou da região metropolitana como uma totalidade. Também aparece o foco em uma região da cidade ou da região metropolitana que compreendem, respectivamente, agregados de bairros ou de municípios. Nesse último caso, a abordagem é influenciada pela divisão da cidade em regiões administrativas ou pelas divisões da RMBH em vetores baseados no crescimento e ocupação, como estratégia para investigações acadêmicas.

No segundo grupo estão pesquisas cujos focos são os espaços menores, onde a vida cotidiana tem lugar, como os locais de residência – nos bairros, nas vilas e favelas e nas ocupações – e os lugares e as instituições. Essa última categoria agrega estudos de espaços simbólicos da cidade, como os espaços públicos, e de determinadas instituições, como uma



escola ou um terreiro de candomblé. Ao agregar as categorias que aqui classificadas como macro e micro, observa-se que elas correspondem, respectivamente a 57,28% e 42,72% dos estudos (118 e 88). Ou seja, há uma preponderância da abordagem macro.

Interessa notar que 76,14% dos estudos agregados como micro foram produzidos por mestres e doutores pelo PPG em Ciências Sociais da PUC Minas e 23,86% por aqueles que desenvolveram suas pesquisas nos PPGs da UFMG, com diferença de 52,28 pontos percentuais. Nos estudos agregados como macro também preponderam produções do PPG da PUC Minas, mas com menor diferença em pontos percentuais se comparadas as representatividades das duas universidades. Uma hipótese a ser investigada posteriormente a partir dessas diferenças é a predominância de estudos de cunho qualitativo sobre o urbano no PPG em Ciências Sociais da PUC Minas e de estudos com abordagem quantitativa nos PPGs da UFMG. A seguir, detalho cada uma das sete categorias de recorte espacial, seguindo a ordem de maior para menor representatividade conforme exposto na Tabela 3.

Dentre os estudos que tratam da cidade como totalidade (94 ou 45,63%), Belo Horizonte se destaca entre os municípios mais investigados, seja quando tomado apenas o município ou a cidade em comparação com outras da RM, do Brasil ou do mundo. Outros municípios da RMBH foram foco dos estudos, ainda que em menores proporções, com destaque para municípios mais próximos de Belo Horizonte, como Nova Lima, Betim, Ribeirão da Neves e Sabará.

Na categoria Lugares e instituições (48 ou 23,30%) aparecem muitas escolas, seguidas por estudos cujo referencial empírico foram espaços públicos. Localidades em Belo Horizonte prevalecem, com destaque para espaços patrimoniais e de importância histórica e simbólica para a cidade.¹⁵

Os 21 estudos (10,19%) da categoria Bairros são aqueles nos quais um bairro, normalmente anunciado no título, é a unidade de análise da pesquisa. Seguindo uma tradição brasileira e portuguesa de estudos qualitativos de bairros, essa unidade espacial é tratada como uma unidade de interação e de sociabilidades (Cordeiro; Costa, 1999; Andrade; Arroyo, 2012). Todas as produções tiveram como recorte espacial bairros de Belo Horizonte. Há mais estudos

¹⁵ Alguns dos estudos levantados não trazem a especificação dos nomes de lugares ou instituições estudados, mas apenas designações genéricas - praça, escola, centro cultural – que nos permitiram classificá-los nas oito tipificações de recorte espacial. Isso se deve às necessidades de sigilo e manutenção de anonimato no contexto das investigações e suas temáticas.



sobre bairros dos estratos médios em Belo Horizonte, principalmente os mais antigos, em função das questões patrimoniais e da memória da cidade, e os mais novos que passaram por intenso processo de urbanização recentemente.

A RMBH como totalidade foi o recorte espacial adotado por 17 teses e dissertações (8,25%). Em seguida, estão estudos sobre vilas e favelas. Eles partem de uma tradição dos estudos urbanos que permanece no atual levantamento e representam 7,77% do total da produção apurada, sendo que todos tiveram como objeto empírico vilas e favelas de Belo Horizonte. As mais estudadas foram aquelas situadas na área central da cidade. Os 7 (3,39%) estudos sobre regiões de municípios da RMBH ou regiões da metrópole como um todo abordaram sobretudo porções territoriais de Belo Horizonte e uma produção privilegiou o Vetor Sul¹⁶.

A categoria ocupações urbanas compreende 3 dos estudos (1,46%) e emergiu nas produções a partir dos anos 2010. Diferentemente de São Paulo, onde há muitas ocupações no Centro da cidade, em Belo Horizonte elas se localizam nas periferias da capital e em porções territoriais de outros municípios da RMBH. Ainda que as ocupações de terrenos vazios não sejam um fato novo na urbanização das cidades, vide as favelas, essas que os estudos analisam tiveram início a partir de 2008. Diferentemente das primeiras favelas, cuja ocupação se dava de forma lenta, nesses casos elas ocorrem de uma só vez. São uma forma de conquista da moradia por meio de uma pressão sobre os governos que pouco têm feito em prol da produção de novas moradias para os estratos de mais baixa renda.

Os estudos comparativos compreendem 13 (6,31%) do total de 206 produções das Ciências Sociais levantadas. Há investigações que comparam cidades – por exemplo, Belo Horizonte e outras cidades brasileiras ou de outros países – bem como comparativos entre a RMBH e regiões metropolitanas no Brasil e entre lugares e instituições.

No geral, a partir da análise sobre os recortes espaciais, o que mais se observa é um interesse recorrente em alguns espaços, sejam eles bairros, favelas ou regiões, e um desinteresse

¹⁶ Formado pelos municípios de Brumadinho, Nova Lima, Raposos e Rio Acima, o Vetor Sul da RMBH tem boa parte de seu crescimento e dinâmica metropolitana associada à expansão de loteamentos fechados, sítios de recreio e segunda residência. De desenvolvimento mais recente, o Vetor Sul vem se consolidando como uma extensão das zonas residenciais de alta renda de Belo Horizonte. Há forte presença da atividade mineradora no Vetor Sul, que apresenta a maior proporção de suas riquezas atreladas a atividades industriais (ANDRADE *et al*, 2015).



em outros. Há um número enorme de bairros, áreas da cidade, municípios, lugares e instituições que ainda não foram objeto de estudos acadêmicos.

Identificar as temáticas predominantes, assim como o espaço das investigações, foi uma das etapas da análise que exigiu mais tempo. Para isso, consultamos outros estudos realizados em Belo Horizonte (Guimarães; Azevedo, 1995), em São Paulo e no Rio de Janeiro, pelo Urban-Data Brasil (Freire-Medeiros; Magalhães, 2019). Inicialmente, a classificação temática foi feita pelos títulos das produções. Em geral, o título revelou o tema principal, mas em alguns casos foi necessário consultar palavras-chave e resumo para certificar. Após discussões e vários testes, foram criadas 25 categorias de temas, sendo que em todas as áreas temáticas há registros de produções das Ciências Sociais, conforme dispõe mais adiante a Tabela 4.

Nem sempre as categorias utilizadas em estudos mais antigos, como é o caso do Belo Horizonte em Tese (1995)¹⁷, encontram representatividade nas abordagens atuais. Ainda que elas tenham sido como referências importantes, novas categorias e novas formas de agregações foram necessárias. Essas adaptações têm relação com a novidade de alguns fenômenos e abordagens, como o das ocupações urbanas ou do patrimônio imaterial.

Outra dificuldade é identificar nas teses e dissertações um tema predominante, uma vez que várias produções trabalham com mais de um. Isso demandou decisões nem sempre fáceis. Por essas razões, essa primeira classificação, ainda que necessária como forma de tornar o levantamento mais compreensível, poderá ser mais bem explorada em análises futuras.

A Tabela 4 apresenta as áreas temáticas das 206 teses e dissertações das Ciências Sociais que foram levantadas pela investigação em curso. Neste artigo vou me deter nos 10 temas mais representativos, que correspondem a 79,13% da produção.

¹⁷ As categorias utilizadas no livro Belo Horizonte em tese foram 30: 1 - Processo de urbanização, 2 - Evolução urbana, 3 - Sistema urbano, 4 - Estrutura urbana e metropolitana, 5 - Crescimento populacional e migração, 6 - Estrutura econômica/mercado de trabalho, 7 - Solo urbano, 8 - Práticas e processos de planejamento urbano, 9 - Políticas públicas, 10 - Gestão e política institucional, 11 - Poder local, 12 - Administração e finanças públicas, 13 - Infraestrutura urbana/equipamentos coletivos e serviços urbano, 14 - Transporte, trânsito, sistema viário, 15 - Habitação, 16 - Construção civil, 17 - Estrutura social/estrutura de classes, 18 - Pobreza urbana, 19 - Setor informal, 20 - Movimentos sociais/sindicatos, 21 - Violência urbana, 22 - Modos de vida/imaginário social/cotidianos, 23 - Meio ambiente e qualidade de vida, 24 - Experiências e práticas alternativas, 25 - Bairros/Praças e lugares, 26 - Educação/cultura e religião, 27 - Ideologia e política, 28 - Categorias profissionais, 29 - Meios de comunicação, 30- Temas emergentes



Tabela 4 – Temas das teses e dissertações produzidas nos PPGs em Ciências Sociais da PUC Minas e da UFMG sobre a temática urbana (1991-2020)

	Área Temática	N	%
1	Gestão e Política Institucional	33	16.02
2	Crime e Violência	23	11.17
3	Grupos Vulneráveis e Setor Informal	20	9.71
4	Cultura, Arte e Políticas Culturais	18	8.74
5	Representações, Sociabilidades, Identidades e Modos de vida	16	7.77
6	Habitação	12	5.83
7	Movimentos Sociais	12	5.83
8	Gênero e Sexualidade	11	5.34
9	Memória e Patrimônio Cultural	10	4.85
10	Trabalho	8	3.88
11	Espaço público e Espaço urbano	6	2.91
12	Mobilidade urbana	6	2.91
13	Urbanização, Estrutura urbana, Fluxos Populacionais e Migração	4	1.94
14	Religiões	4	1.94
15	Consumo, Comércio e Serviços	4	1.94
16	Educação	3	1.46
17	Meio Ambiente e Qualidade de Vida	3	1.46
18	Segregação Socioespacial, Desigualdades e Gentrificação	3	1.46
19	Relações Étnico-raciais	2	0.97
20	Reabilitação e Requalificação Urbana	2	0.97
21	Mídia e Tecnologias de Comunicação	2	0.97
22	Planejamento urbano e Direito Urbanístico	1	0.49
23	Lazer, Turismo e Esporte	1	0.49
24	Saúde	1	0.49
25	Modernidade e Modernização	1	0.49
	Total	206	100



Fonte: Dados da pesquisa *A produção sobre o urbano em BH e na RMBH em três décadas (1991-2020)*.

O tema Gestão e Política Institucional reúne 33 trabalhos (16,02%) sobre a gestão, em geral municipal e em Belo Horizonte, com questões sobre orçamento participativo, reforma administrativa, democracia, participação e descentralização. Do total de 33 trabalhos nessa categoria, 32 foram produzidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, o que potencialmente se deve à área de concentração de origem do programa: Gestão de Cidades e Ciências Sociais.

O predomínio dos estudos dessa área temática também pode ser explicado a partir de dois outros fatores, um deles ligado a circunstâncias sociopolíticas após a redemocratização no Brasil e o outro conectado às trajetórias e tendências dos estudos urbanos no país.

Segundo Avritzer (2016), a incidência local do orçamento participativo (OP), com consequente ampliação da participação social em nível local, teve seu auge entre 1993 e 2000 no Brasil. O mecanismo foi implementado sobretudo em cidades do sudeste e alcançou seu limite a partir de 2004. Essa temporalidade do OP pode estar ligada aos estudos da categoria Gestão e Política Institucional, que se referem sobretudo a períodos a partir da década de 2000, indicando um interesse de pesquisadores nos desdobramentos e resultados de políticas e arranjos governamentais de caráter participativo.

Nesse sentido, uma das características dos estudos urbanos no Brasil é o investimento perene na gestão municipal (Urbanidades, 2021), tema que já constava entre as categorias utilizadas no livro *Belo Horizonte em Tese* publicado em 1995. A novidade, entretanto, são estudos que conectam as abordagens sobre ferramentas de planejamento e gestão com discussões sobre a atuação de novas tecnologias da informação e comunicação no meio urbano e as cidades inteligentes.

Apesar desse viés não constar entre os estudos da categoria Gestão e Política Institucional, o diálogo entre o urbano e as novas tecnologias desponta timidamente na área temática com o segundo maior número de estudos aqui analisados, Crime e Violência. Isso acontece em trabalhos que refletem sobre novos mecanismos de vigilância e segurança pública adotados nas grandes cidades. No caso de Belo Horizonte, um dos objetos das análises é o



programa Centro Vivo, implementado pela prefeitura entre 2002 e 2003 no centro da capital mineira.¹⁸

Ao todo, na classe Crime e Violência, estão 23 trabalhos (11,17%) que tratam de segurança pública, criminalidade, crimes contra o patrimônio, tráfico de drogas, homicídios e gangues e rivalidades. As teses e dissertações tiveram como objeto principalmente Belo Horizonte como uma totalidade, bem como regiões da cidade ou localidades e instituições, como complexos penitenciários, abrigos e escolas públicas. Os territórios da pobreza, como favelas e periferias, não aparecem como foco. Eles estão presentes tanto quanto o Centro da capital mineira, mas em proporção menor do que os estudos que têm como objeto de pesquisa a cidade.

Prevalecem trabalhos sobre os anos 2000 e 2010 e oriundos do PPG em Sociologia da UFMG – 15 das 23 produções dessa categoria. Isso se relaciona ao desenvolvimento de conhecimento científico sobre a criminalidade, a violência e as organizações policiais pelas Ciências Sociais nessa universidade e, sobretudo, à atuação do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). O CRISP foi criado em 1996 e têm reforçado essa tradição de estudos sobre violência e criminalidade.

A categoria Grupos Vulneráveis e Setor Informal abrange 20 investigações (9,71%) sobre comércio ambulante e informal, populações de rua e as políticas para elas voltadas e exclusão social. Outros tipos de grupos vulneráveis e situações de vulnerabilidade, como de jovens em situação de vida nas ruas e de refugiados, também entraram nessa categoria. Nas abordagens do setor informal estão estudos sobre ambulantes, carroceiros, redeiros e outras ocupações de trabalhadores do artesanato. Prevalecem estudos referentes aos anos 2000 e 2010, sendo que a maior parte da produção nesta categoria é oriunda do PPG em Ciências Sociais da PUC Minas, com 14 do total de 20 produções, o que provavelmente tem relação com a linha de pesquisa que engloba trabalho e dinâmicas produtivas.

O quarto tema, com 18 teses e dissertações (8,74%), é Cultura, Arte e Políticas Culturais. Como o nome expressa, nesse grupo estão trabalhos sobre as mais diversas manifestações

¹⁸ O Programa Centro Vivo teve quatro eixos complementares de atuação: planejamento urbano; segurança; inclusão social e econômica; e requalificação ambiental e urbanística. O Centro Vivo incluiu a reforma de espaços públicos (praças, quarteirões pedonais e parques), a restauração de marcos urbanos e edifícios de valor histórico, a reestruturação de ruas e calçadas públicas, o controle de tráfego dos veículos, a transferência de camelôs para shoppings populares, a recuperação de viadutos, a construção de estações para transporte coletivo, a criação de restaurantes populares, o aproveitamento de edifícios subutilizados, a despoluição visual e a implementação de iluminação e de mecanismos de vigilância e controle (Belo Horizonte; Práxis, 2007).



culturais e artísticas, como o cinema, a música, a dança e a literatura, assim como trabalhos que discutem políticas culturais. Esses últimos enfatizam descentralização e instituições culturais, como museus e galerias de arte. Há também trabalhos sobre arte de rua, como grafite e pichações, e a arte na ou da periferia, como o hip hop. Períodos históricos variados do século XX são analisados, assim como há trabalhos sobre a contemporaneidade.

Essas abordagens sobre uma variedade de manifestações artísticas e culturais tem relação com um movimento de ampliação do conceito de patrimônio no Brasil. A partir de 1980, o conjunto de objetos patrimoniáveis foi expandido, abarcando bens imateriais e baseando-se em uma concepção antropológica de cultura, que enfatiza a diversidade e abarca, além da produção material, os sentidos e valores atribuídos pelos sujeitos a bens e práticas sociais. Houve um rompimento com os balizamentos anteriormente definidos e oriundos do período varguista. Na fase conhecida como *pedra e cal*, por ter sido voltada para o patrimônio arquitetônico, três critérios embasaram a escolha dos bens patrimoniais: aspectos tipológicos, a arquitetura e as artes visuais figurativas; a cronologia, com destaque para monumentos e manifestações do período colonial; e a localização geográfica, especialmente as cidades coloniais (Fonseca, 2009; Abreu, 2015; Marins, 2016).

O entendimento de patrimônio no Brasil passou a incluir bens materiais e imateriais, abarcando as formas de expressão; os modos de fazer, criar e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Esse conjunto, enquanto portador de referências às identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, é considerado de interesse para a preservação e transmissão às gerações futuras, garantido a permanência de aspectos da identidade e da cultura (Brasil, 1988).

As políticas culturais e sua descentralização, que integram o escopo de investigações da categoria Cultura, Arte e Políticas Culturais, também passaram por mudanças. A ampliação no campo patrimonial no Brasil incluiu, além dos bens tidos como patrimônio, os sujeitos envolvidos nos processos de proteção e preservação. No contexto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e ao longo de sua atuação até meados da década de 1970, representantes do governo e grupos de intelectuais foram os principais agentes de patrimonialização no Brasil. A partir dos anos 1980, a emergência do tema do patrimônio



imaterial foi acompanhada pelo surgimento de diversidade de atores nesse campo. A atuação de representantes de novos organismos – como agências locais, nacionais e internacionais e, sobretudo, movimentos sociais, organizações não-governamentais, coletivos de pessoas de camadas populares, entre outros atores da sociedade civil – contrapôs a quase exclusividade das instituições estatais. Esses novos agentes tomaram a cena pública, expressando interesses variados e, por vezes, muito específicos. Assim, processos de patrimonialização se converteram em falas plurais narradas por diversos agentes, entre os quais se destacam as organizações não-governamentais, os especialistas, as comunidades, os patrocinadores e os agentes estatais, antes os únicos legitimamente autorizados (Abreu, 2015).

Na quinta área temática mais representativa, Representações, Sociabilidades, Identidades e Modos de Vida, estão 16 estudos (7,77%) sobre espaços públicos, identidades e interações. Quase metade das produções dessa categoria (7 em 16) são estudos de bairro produzidos no âmbito do PPGCS da PUC Minas, que também concentra a produção dos estudos (15 das 16 produções). Os bairros de Belo Horizonte são os mais estudados e destacam-se aqueles de classes médias e mais antigos, que remetem à época da construção e ocupação da capital mineira. Nesse caso, a produção do PPG da PUC Minas sobre os bairros está vinculada a uma parceria entre o Programa e a Secretaria de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em uma pesquisa que subsidiou o processo de proteção patrimonial e tombamento de bairros e conjuntos urbanos na cidade. A investigação foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e contou com técnicos da PBH e com docentes e discentes do PPG em Ciências Sociais da PUC Minas¹⁹.

Habitação e Movimentos Sociais, temas tradicionais nos estudos urbanos, são as áreas temáticas de 12 teses e dissertações (5,83%) cada. As primeiras produções bibliográficas sobre as favelas cariocas são do início do século XX e são consideradas a gênese dos estudos urbanos no Rio de Janeiro. Essas abordagens pioneiras adotavam um recorte racionalista, higienista e sanitário com propostas de caráter político-administrativo, assistencialista e educativa e contavam com uma visão moralista (Valladares; Freire-Medeiros, 2003). A continuidade da temática da habitação parece ter relação direta com o déficit habitacional e com formas precárias de moradia, tanto que a maioria dos estudos (8 em 12) tratam de habitação social,

¹⁹ Ver https://www.youtube.com/watch?v=iEfW4Myy7Uo&list=PLpnY7_ju1jZzxAaY_dQ-C6OqgxqX6rhwX&index=3.



favelas, ocupações urbanas e conjuntos habitacionais. A segregação socioespacial dos pobres se faz presente em grande parte desses estudos.

Os 12 estudos sobre movimentos sociais que compõem o levantamento são sobre os anos 2000 e 2010. Eles enfatizaram as lutas por moradia e, entre essas, aquelas em torno das ocupações urbanas, com abordagens sobre o papel das mulheres e a autogestão. Os movimentos sociais de jovens também têm uma participação, tanto nas ocupações e favelas, quanto nas manifestações de rua, como nos ativismos dos *black blocks*. As manifestações trabalhistas e sindicais também foram objeto de estudos, ainda que em menor proporção.

Investigações da categoria Gênero e Sexualidade (11 ou 5,34%) versam especialmente sobre divisão sexual do trabalho. Gravidez na adolescência, feminismo, violência de gênero e homossexualidade também são tópicos abordados.

Memória e Patrimônio Cultural é a nona categoria mais representativa, com 10 teses e dissertações (4,85%). Em geral esse tema emerge como um problema social e como objeto de políticas públicas em momentos de intensificação da destruição da memória e do patrimônio urbanos. Não foi diferente em Belo Horizonte, que na década de 1990 instituiu uma política de proteção, com o tombamento de vários conjuntos urbanos da cidade, por pressão de movimentos sociais e associações de moradores (Magni, 2012; Andrade; Arroyo, 2012). As abordagens sobre memórias individual e coletiva nessa categoria têm diálogo com movimentos de valorização do passado e da memória que são, segundo Huyssen (2000), uma tendência da época contemporânea. A *mania de memória* é uma característica da transição do século XX para o século XXI. Ela atua para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, combatendo a profunda ansiedade de que sofre a sociedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço (Huyssen, 2000).

A décima categoria é Trabalho, que agrega 8 produções (3,88%) sobre mercado de trabalho formal, emprego e precarização, segregação ocupacional, formação profissional e juventude. Prevalecem estudos que tomaram a cidade de Belo Horizonte como totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é um primeiro esforço para descrever e analisar a produção de estudos urbanos em Ciências Sociais sobre a cidade de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Os



dados analisados são oriundos de um levantamento de teses e dissertações defendidas entre 1991 e 2020 nos PPGs da PUC Minas e da UFMG. A seguir, sintetizo os resultados apresentados ao longo deste texto e aponto possibilidades para avanços.

Quanto aos aspectos institucionais, o predomínio de produção sobre o urbano pelo PPG da PUC Minas explica-se pela origem do Programa e por suas linhas de pesquisa, ainda que os PPGs da UFMG sejam em maior número e mais antigos. O aumento no número de estudos analisados no período compreendido entre 1991-2020, quando ponderado por décadas, tem a ver com ampliação da pós-graduação no Brasil, tanto de vagas e bolsas quanto de programas.

Ao analisar a autoria das 206 teses e dissertações, observa-se a preponderância de mulheres, que são maioria entre matriculados e titulados na pós-graduação no Brasil. Um caminho a partir dos dados do levantamento é compreender relações entre áreas temáticas e gênero do autor.

As apreciações sobre o recorte espacial da produção analisada mostraram que estudos macro são maioria. Isto é, investigações que consideram como referencial empírico a cidade como totalidade, por exemplo, aparecem em maior número do que os estudos sobre unidades espaciais menores, como lugares e instituições ou bairros. Nesses últimos é maior a presença de bairros dos estratos médios, ainda que também sejam objeto de estudo os territórios onde vivem os mais pobres – as favelas, vilas, periferias e ocupações.

No universo de 34 municípios que compõem a RMBH, a cidade de Belo Horizonte se destaca enquanto unidade espacial mais estudada. Contudo, assim como municípios da sua região metropolitana, muitos espaços da capital mineira não mereceram a atenção dos cientistas sociais. Em relação ao recorte temporal das investigações, é notável maior preocupação com o tempo presente, sobretudo as duas primeiras décadas do século XXI.

Quanto aos temas estudados, foi possível dialogar, em alguns casos, as áreas temáticas de maior quantitativo com aspectos e tendências dos estudos urbanos e em Ciências Sociais no Brasil, bem como com questões contextuais, de dimensões sociopolíticas do país. É esse o caso de observações sobre os estudos das categorias Gestão e Política Institucional e Cultura, Arte e Políticas Culturais.

Em outros casos, os quantitativos de estudos analisados foram associados às suas instituições de origem – programas de pós-graduação da UFMG ou PUC Minas. Isso se deve às linhas de pesquisa ou trajetórias dos programas, que guardam estreita relação com os temas investigados nas teses e dissertações. São exemplos dessa relação os estudos da categoria Crime



e Violência desenvolvidos no âmbito dos PPG em Sociologia da UFMG, bem como as investigações da área temática Representações, Sociabilidades, Identidades e Modos de Vida oriundas do PPG em Ciências Sociais da PUC Minas. Dois outros caminhos de pesquisa a partir do banco de dados aqui analisado podem ser vislumbrados. Um deles consiste em aprofundar as análises dos estudos de cada uma das áreas temáticas, sobretudo aquelas nas quais este artigo se limitou à descrição de quantitativos e aspectos institucionais. Uma segunda possibilidade é compreender aportes teóricos e metodológicos da produção sobre o urbano nesses PPGs, estabelecendo relações com suas instituições de origem e com os estudos urbanos no Brasil. É possível ainda identificar lideranças acadêmicas (orientação) e suas respectivas influências em abordagens temáticas, teóricas e metodológicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (org.). **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015, p. 33-45.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modos de vida**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARREIRA, Irllys. Atores, processos e estruturas: refletindo sobre a problemática urbana no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40, 1996, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, 2016.

BLAY, Eva. Tendências atuais da sociologia urbana no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 15, 1974. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5553>. Acesso em: 20/08/23.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 20/08/23.



CABRAL, Thiago Luiz de O. *et al.* A Capes e suas sete décadas: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 36, 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - BRASIL. **No Brasil, mulheres são maioria nos cursos de pós-graduação**. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/45981-no-brasil-mulheres-sao-maioria-nos-cursos-de-pos-graduacao>. Acesso em: 20/08/23.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. 1999. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org.), **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 58-79.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de (coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

FREHSE, Fraya; LEITE, Rogerio Proença. Espaço Urbano no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; MAGALHÃES, Alexandre. O urbano paulista em foco: Sete décadas de reflexões produzidas no contexto da pós-graduação do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2019. p. 9 a 12

GUIMARÃES, Berenice M.; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Belo Horizonte em Tese**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos/UFMG, 1995.

GUIMARÃES, Iracema Brandão; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.240>.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MAGNI, Teodoro. **O direito do patrimônio em Belo Horizonte: a institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016.



BELO HORIZONTE; PRÁXIS. Prefeitura Municipal. **Plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Luiz Antônio Machado. Meio Século de Sociologia das classes populares urbanas. *In*: CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria Josephina (org.). **Cidades: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Cidade Fractal: Transformações Recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 8., 2009, Florianópolis, **Anais do [...]** Florianópolis, 2009.

URBANIDADES #61: Balanço da pesquisa urbana no Brasil: percursos e novos horizontes. Entrevistados: Brodwyn Fischer, Eduardo Marques, Nabil Bonduki e Neiva Vieira. Entrevistadora: Bianca Freire-Medeiros. [S. l.]: CEM, Out. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/47QuaVytKiIYMkc8It78xi?si=522f8d1a642c4707>. Acesso em: 20/08/23.

VALLADARES; MEDEIROS, Olhares sociológicos sobre o Brasil Urbano: uma visão a partir do Urban-data Brasil. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: histórias e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.